



CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO
CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS
2ª CÂMARA DE JULGAMENTO

ATA DA 27ª (VIGÉSIMA SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA VIRTUAL, REALIZADA POR VIDEOCONFERÊNCIA, DA 2ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ DO ANO 2020.

Aos 05 (*cinco*) dias do mês de novembro do ano 2020 (*dois mil e vinte*), às 8h 30min. (*oito horas e trinta e cinco*), após verificado o quórum regimental estabelecido no art. 52 do RICRT/CE, e amparado pela Portaria nº 158, de 12 de junho de 2020, que regulamenta a realização de sessão de julgamento não presencial por meio de videoconferência, foi aberta a 27ª (*vigésima sétima*) Sessão Ordinária Virtual da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários do Estado do Ceará, sob a Presidência do Dr. Francisco José de Oliveira Silva. Presentes à Sessão os Conselheiros Henrique José Leal Jereissati, Maria Elineide Silva e Souza, Leilson Oliveira Cunha, Rafael Pereira de Souza, Anneline Magalhães Torres e Jucileide Maria Silva Nogueira. Também presente, o Procurador do Estado, Dr. Ubiratan Ferreira de Andrade. Presente ainda, secretariando os trabalhos da Câmara, a Sra. Silvana Rodrigues Moreira de Souza. Iniciada a sessão, foi aprovada a Ata da sessão anterior. Em seguida, foi anunciado que estavam disponibilizadas para apreciação e aprovação no webdrive da sefaz, as resoluções e despachos referentes aos seguintes processos: 1/4545/17, 1/916/16 – Relator: José Alexandre Goiana de Andrade; 1/3053/18 – Relatora: Jucileide Maria Silva Nogueira; 1/3054/18, 1/2437/13, 1/2553/13, 1/2554/13 – Relator: Leilson Oliveira Cunha; 1/490/17 – Relator: Rafael Pereira de Souza; 1/2640/18, 1/5221/17, 1/6104/17, 1/812/18 – Relator: Wander Araújo de Magalhães Uchôa. Passando à **ORDEM DIA**, foram anunciados os seguintes processos: **Processo de Recurso nº 1/3585/2013 – Auto de Infração: 1/201313767. Recorrente: TELEMAR NORTE LESTE S/A. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA ANNELINE MAGALHÃES TORRES. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, dar-lhe parcial provimento, para modificar em parte a decisão condenatória exarada em 1ª Instância e julgar **parcialmente procedente** a acusação fiscal, adotando-se a planilha “Anexo 1” do laudo pericial – fl. 138 e incluindo os CFOP's 5301 e 6301 no denominador do cálculo do Fator, por se tratarem de serviços de comunicação, conforme o § 4º da Cláusula 10ª, do Convênio 126/98, nos termos da planilha apresentada nesta sessão, resultante da manifestação decorrente do pedido de vista efetuado pela Conselheira Maria Elineide Silva e Souza. Decisão de acordo com o voto da Conselheira Relatora e em consonância com a manifestação oral, em sessão, do representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/2093/2018 – Auto de Infração: 1/201803088. Recorrente: IMARF INDÚSTRIA DE GRANITOS DO CEARÁ LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO RAFAEL PEREIRA DE SOUZA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário, para deliberar no seguinte sentido: **1. Com relação a preliminar de nulidade suscitada pela parte por cerceamento do direito de defesa, sob a alegação de que o auditor fiscal deixou de expedir intimação específica, nos termos**

do art. 815, § 3º, do Decreto nº 24.569/97, concedendo prazo para que o contribuinte apresentasse os documentos exigidos – Afastada por unanimidade de votos, uma vez que foi lavrado Termo de Início de Fiscalização, concedendo ao contribuinte prazo para apresentação dos documentos. **2. No mérito**, por unanimidade de votos, a 2ª Câmara de Julgamento resolve negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão **condenatória** exarada em 1ª Instância, nos termos do voto do Conselheiro Relator e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, adotado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/2091/2018 – Auto de Infração: 1/201803083. Recorrente: IMARF INDÚSTRIA DE GRANITOS DO CEARÁ LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relatora: CONSELHEIRA MARIA ELINEIDE SILVA E SOUZA. Decisão:** A 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários resolve por unanimidade de votos, conhecer do Recurso Ordinário e deliberar sobre as seguintes questões apresentadas pela parte: **1. Com relação a preliminar de nulidade suscitada por ausência de provas, sob a alegação de que não foram detalhados os documentos fiscais objeto da autuação** – Foi afastada, por unanimidade de votos, considerando que consta dos autos, CD anexado pela fiscalização, contendo os documentos que embasaram a autuação. **2. No mérito**, a 2ª Câmara de Julgamento resolve por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso interposto, para confirmar a decisão a **condenatória** exarada em 1ª, nos termos do voto do Conselheiro Relator, e de acordo com o Parecer da Assessoria Processual Tributária, aprovado em sessão pelo representante da Procuradoria Geral do Estado. **Processo de Recurso nº 1/1138/2013 – Auto de Infração: 1/201304258. Recorrente: AUTO POSTO STAR LTDA. Recorrido: Célula de Julgamento de 1ª Instância. Relator: CONSELHEIRO HENRIQUE JOSÉ LEAL JEREISSATI. Decisão:** Resolvem os membros da 2ª Câmara de Julgamento do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos **não conhecer do recurso ordinário** interposto, tendo em vista sua intempestividade, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 15.614/2014. Em ato contínuo, resolvem determinar o desentranhamento da peça recursal e documentos a ela anexos, mediante a lavratura do Termo competente, conforme estabelece o inciso I do art. 3º do Provimento nº 01/2017 do Conselho de Recursos Tributários. Decisão nos termos do voto do Conselheiro Relator, em conformidade com o despacho exarado pela Assessoria Processual Tributária. **Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, tendo antes convocado os membros da Câmara a participarem da próxima sessão ordinária virtual, a realizar-se no dia 06 de novembro do corrente ano, às 8h30min. (*oito horas e trinta minutos*). E para constar, eu, Silvana Rodrigues Moreira de Souza, Secretária da 2ª Câmara, lavrei a presente ata que vai por mim subscrita e assinada pelo Presidente da Câmara de Julgamento, na forma do parágrafo único do art. 13 da Portaria nº 158/2020, de 12 de junho de 2020.

Francisco José de Oliveira Silva
PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA

Silvana Rodrigues Moreira de Souza
SECRETÁRIA DA 2ª CÂMARA